ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CNPJ: 77.007.474/0001-90

Telefone/Fax: 42 5431210 / 42 5431210

RUA RUI BARBOSA, 204

C.E.P.: 84635-000 - Paulo Frontin - PR Solicitação Nr.:

Nr. por Centro de Custo: 6

7/2021

Data:

27/01/2021

Folha: 1/1

[] Execução de Serviço

] Execução de Obra

[] Compra

SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E/OU EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS

SOLICITANTE:

Centro de Custo:

1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Código da Dotação:

Órgão: Unidade:

2 - PODER EXECUTIVO 1 - SEC MUN DE GOVERNO

Nome do Solicitante: ROGERIO VIAL

Local de Entrega:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR -

Destinação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LIMPEZA DE FOSSA Identificação:

DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN-PR

servações:

ITENS SOLICITADOS:

Item	Quantidade		Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1.		40	U	SERVIÇO DE LINPEZA DE FOSSA (329883)	0,0000	0,00
<u> </u>					Preço Total:	0,00

Solicitante: ROGERIO VIA

Paulo Frontin, 27 de Janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal Paulo Frontin

PROCESSO Nº

FOLHA Nº 07

329887



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

Memorando 05/2021

Paulo Frontin, 27 de janeiro de 2021.

De SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO Para DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES Assunto: ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Tem este a finalidade de solicitar ao Departamento de Compras e Licitações, Contratação de empresa especializada para a limpeza de fossas do Município de Paulo Frontin-PR Desde já, colocamo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessária.

Aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Rogerio Vial

Secretario Municipal de Governo

Prefeitura Municipal Paulo Frontin FOLHA №



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ - 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para a limpeza de fossas do Município de Paulo Frontin-PR

2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

Os bens objeto desta licitação enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos produtos a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

3. OBJETO

3.1. Contratação de empresa especializada para a limpeza de fossas do Município de Paulo Frontin-PR

ltem	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Serviço de limpeza de fossa	U	40

4 - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 - Os produtos deverão ser entregues de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Paulo Frontin, no prazo máximo de 3 dias dia após o recebimento da respectiva requisição de compra, em local determinado pelo Setor de Compras, independentemente de ausência ou especificação de forma diversa na proposta.

4.2 — Os fornecimentos realizados em decorrência da licitação serão efetuados independentemente de contrato formal, nos termos do § 4º do art. 62 da Lei n.º 8666/93, reconhecendo desde já o licitante que as Autorizações de Fornecimento e respectivos empenhos representam compromisso entre as partes.

4.4.1 - Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações prefixadas e o produto entregue, serão aplicadas à CONTRATADA, sanções previstas neste termo e na legislação vigente.

4.5 - Independentemente de transcrição, farão parte integrante do contrato as instruções contidas no Edital, os documentos nele referenciados, além da proposta apresentada pelo vencedor.

4.7 - Quaisquer danos ou prejuízos ocasionados ao patrimônio da Administração por empregados ou prepostos do licitante vencedor, serão de exclusiva responsabilidade deste último.

4.8 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN poderá, até o momento da emissão da Requisição de Compra, desistir da contratação do objeto proposto, no seu todo ou em parte, sem que caibam quaisquer direitos ao licitante vencedor.

4.9 - À critério da Administração, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

4.10 – O fornecedor deverá prestar os serviços de acordo com as especificações contidas na proposta de preços.

5 - CONTROLE DA EXECUÇÃO

5.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

Prefeitura Municipal
Paulo Frontin
PROCESSO №

FOLHA №



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ - 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR

www.paulofrontin.pr.gov.br

5.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto licitado no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a qualidade do produto com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, defeitos ou irregularidades verificadas nos produtos, para que seja reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. São obrigações da Contratada

6.3.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

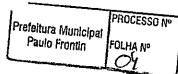
a) entregar os produtos conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus

anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não mantiver a proposta.
- 7.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;





Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ - 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR

www.paulofrontin.pr.gov.br

b) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

c) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de

inexecução total do objeto;

d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos:

f) impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

7.3 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a

Contratada que:

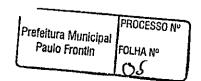
a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Paulo Frontin, 27 de janeiro de 2020.

ROGERIO VIAL Secretário Municipal Saúde



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN CNPJ 77.007.474/0001-90 Rua Rui Barbosa, 204 CEP 84635-000 – Paulo Frontin – PARANÁ Fone – 42-3543-1210

Assunto: Solicitação de cotação de preço.

Aquisição de Serviço de Limpeza de Fossa do município de Paulo Frontin-PR.

Fornecedor: E. S. GRANETTO & CIA LTDA

Endereço: Av. BARÃO DO RIO BRANCO Nº 1151. CENTRO-MALLET-PR

Telefone: 042-3542-1663

ITEM	DESCRIÇÃO de Serviço de Escavação	UNI	DADE	PREÇO UNITÁRIO
01	Serviço de Limpeza de Fossa .	UN	10	400,00

Data: 20 DE JANETRO DE 2021

Assinatura e carimbo c/ CNPJ:

CNPJ 19.519.062/0001-321

E. S. GRANETTO & CIA. LTDA.

Av Barão do Rio Franco 1325 Sala 2 - Centro SEP 84 570-000 Mallet - Paraná

Falsia Cidan Granello

Pręfeitura Municipal Paulo Frontin FOLHA №

MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN CNPJ 77.007.474/0001-90 Rua Rui Barbosa, 204 CEP 84635-000 — Paulo Frontin — PARANÁ Fone: 42-3543-1210

Assunto: Solicitação de cotação de preço.

Aquisição de Serviço de Limpeza de Fossa do município de Paulo Frontin-PR.

Fornecedor CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DOS PRODUTORES RURAIS

Endereço: RUA 15 DE NOVEMBRO 372- CENTRO-MAILET-PR.

Telefone: 25421535

ITEM	DESCRIÇÃO de Serviço de Escavação	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO
01	Serviço de Limpeza de Fossa	UN	452-121

Data: 20 DE JANETRO DE 2021.

Assinatura e carimbo c/ CNPJ:

CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DOS MODUTORES RURAIS DE MALLET CNPJ 01.040.365/0001-02 19128.

254217-38



MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN CNPJ 77.007.474/0001-90 Rua Rui Barbosa, 204 CEP 84635-000 + Paulo Frontin - PARANÁ Fone - 42-3543-1210

Assunto: Solicitação de cotação de preço,

Aquisição de Serviço de Limpeza de Fossa do município de Paulo Frontin-PR.

Formecedor: 6,474 Food A CHEROSO

Enderego: R. 594.1 317 Just 8-R

Telefone: 844 3025 3562

ITEM	DESCRIÇÃO de Serviço de Escavação	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO
01	Serviço de Limpeza de Fossa	UN '	= 50c4a."
		*	50000

Data.

Assinatura e carimbo e/ CNPJ

8450

Supo One Kata

BBC BERVICE DE LIMPY A

Rua Prefeio Guillipés WAR ° 11' 34070-420 - Parks Grade FIR

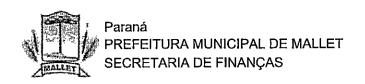
Drs.

FO2 824 380/0001-04

SISC SERVIÇOS DE LIMP- - 4

Rua Prefeito Campos Mello. 40, 84070-420 - Ponia Grossa - PH ___

Prefeitura Municipal
Paulo Frontin
POLHA Nº



Data: 20/01/2021 13h49min

Número — Validade —

36

19/02/2021

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social
E.S. GRANETTO & CIA LTDA - ME CNPJ: 19519062000132
Aviso
Sem débitos pendentes até a presente data.
Comprovação Junto à Finalidade
Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada. A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.
Inscrição
Contribuinte: 13262 - E.S. GRANETTO & CIA LTDA - ME Endereço: Avenida Barão do Rio Branco - Sul, 1151 - Bairro CENTRO - Compl. SALA - CEP 84.570-000
Código de Controle
CW4DA8YWKCJ0EO31
A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Mallet (PR), 20 de Janeiro de 2021

Prefeitura Municipal Paulo Frontin

PRUCESSU Nº FOLHA Nº

69



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 023338153-59

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 19.519.062/0001-32

Nome: E. S. GRANETTO & CIA LTDA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 20/05/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet <u>www.fazenda.pr.gov.br</u>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: E. S. GRANETTO & CIA LTDA

CNPJ: 19.519.062/0001-32

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 14:10:43 do dia 20/01/2021 <hora e data de Brasília>. Válida até 19/07/2021.

Código de controle da certidão: A89B.B529.FF30.D8D5 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 19.519.062/0001-32

Razão Social: E S GRANETTO CIA LTDA ME

Endereço: R ALBERI CARLOTTO SN / CENTRO / PAULO FRONTIN / PR / 84635-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:15/01/2021 a 13/02/2021

Certificação Número: 2021011505111393628869

Informação obtida em 20/01/2021 13:57:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: E. S. GRANETTO & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 19.519.062/0001-32 Certidão nº: 2251442/2021

Expedição: 20/01/2021, às 14:02:56

Validade: 18/07/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que E. S. GRANETTO & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 19.519.062/0001-32, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Prefeitura Municipal Paulo Frontin FOLHA Nº

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MALLET - PARANÁ

Forum Desembargador "José Henrique de Santa Ritta" Cartório do Distribuidor e Anexos ☑ Rua XV de Novembro, 412 - CEP 84570-000 - 2\fax (042) 3542 1227.

JUSSARA MARIA DA MOTTA RIBEIRO - DISTRIBUIDORA JUDICIAL ANGELICA PAIM DA SILVA BLASZUYK - ESCREVENTE JURAMENTADA

= CERTIDÃO =

Certifico a pedido verbal de parte interessada e para os devidos fins, que revendo em Cartório a meu cargo os livros de distribuição, deles pude verificar que FALENCIA AÇÃO DE nenhuma distribuída "não consta" RECUPERAÇÃO JUDICIAL tendo como requerido: E.S. GRANETTO & CIA LTDA, com sede à Avenida Barão do Rio Branco, nº 1151, Centro, Cidade e Comarca de Mallet/PR, inscrita no CNPJ sob nº 19.519.062/0001-32.

Dado e passado nesta cidade e Comarca Estado do Paraná, aos 21 de janeiro de 2021. Eu de Maller. Silva Blaszuyk) Escrevente da (Angelica Paim Juramentada, que o digizei e subscrevo.

JUSSARA MARTA DA MOTTA RIBEIRO DISTRIBUIDORA JUDICIAL ANGELIÇA PAIM DA SILVA BLASZUYK ÉSCREVENTE JURAMENTADA

Custas certidão: R\$ 33,66

JUZO DE DIREITO DA COMARCA ADOR
JUZO DE DIREITO DA COMARCA
JUZO DE DIREITO DA COMARCA
DE DIREITO DA COMARCA
JUZO DE DIREITO DA COMARCA
LIVE DE DIREITO DE DIREITO DE DE DIREITO JUIZO DE DIREITO DA COMARCA AWALIADOR, PARTIDOR, DEPOSITARIO Mallel . Estado do Paraná

> PROCESSO Nº Prefeitura Municipal FOLHA Nº Paulo Frontin



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

19.519.062/0001-32 MATRIZ	COMPROVANTE	DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/01/2014
NOME EMPRESARIAL E. S. GRANETTO & CIA L	.TDA		
TULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA)		PORTE ME
ódigo e descrição da ATIVI 19.30-2-02 - Transporte ro nternacional	DADE ECONÔMICA PRINCIPAL odoviário de carga, exceto p	produtos perigosos e mudanças, Intermu	unicipal, interestadual e
45.20-0-06 - Serviços de l	borracharia para veículos a	os novos para veículos automotores	
47.44-0-04 - Comércio va 49.30-2-03 - Transporte ro 52.29-0-02 - Serviços de 77.31-4-00 - Aluguel de n	náquinas e equipamentos a	oritada, tijolos e telhas gosos	
47.44-0-04 - Comércio va 49.30-2-03 - Transporte re 52.29-0-02 - Serviços de	rejista de cal, arela, pedra bodoviário de produtos perigreboque de veículos náquinas e equipamentos a UREZA JURÍDICA esária Limitada	oritada, tijolos e telhas gosos	
47.44-0-04 - Comércio va 49.30-2-03 - Transporte ro 52.29-0-02 - Serviços de 77.31-4-00 - Aluguel de m CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATL 206-2 - Sociedade Empre LOGRADOURO AV BARAO DO RIO BRAI	rejista de cal, arela, pedra bodoviário de produtos perigreboque de veículos náquinas e equipamentos a UREZA JURÍDICA esária Limitada	pritada, tijolos e telhas gosos grícolas sem operador NÚMERO COMPLEMENTO	UF PR
47.44-0-04 - Comércio va 49.30-2-03 - Transporte ro 52.29-0-02 - Serviços de 77.31-4-00 - Aluguel de m CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATL 206-2 - Sociedade Empre LOGRADOURO AV BARAO DO RIO BRAI	rejista de cal, arela, pedra bodoviário de produtos perigreboque de veículos náquinas e equipamentos a saria Limitada NCO BAIRRO/DISTRITO CENTRO	pritada, tijolos e telhas gosos grícolas sem operador NÚMERO 1151 COMPLEMENTO SALA SALA MUNICÍPIO	PR
47.44-0-04 - Comércio va 49.30-2-03 - Transporte re 52.29-0-02 - Serviços de 77.31-4-00 - Aluguel de m CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATL 206-2 - Sociedade Empre LOGRADOURO AV BARAO DO RIO BRAI CEP 84.570-000	rejista de cal, arela, pedra la odoviário de produtos perigreboque de veículos náquinas e equipamentos a saria Limitada NCO BAIRRO/DISTRITO CENTRO L.COM.BR	pritada, tijolos e telhas gosos grícolas sem operador NÚMERO 1151 MUNICÍPIO MALLET TELEFONE	PR
47.44-0-04 - Comércio va 49.30-2-03 - Transporte re 52.29-0-02 - Serviços de 77.31-4-00 - Aluguel de m CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATL 206-2 - Sociedade Empre LOGRADOURO AV BARAO DO RIO BRAI CEP 84.570-000 ENDEREÇO ELETRÔNICO CESARTRYNDADE@BOI ENTE FEDERATIVO RESPONSÁV	rejista de cal, arela, pedra la odoviário de produtos perigreboque de veículos náquinas e equipamentos a saria Limitada NCO BAIRRO/DISTRITO CENTRO L.COM.BR	pritada, tijolos e telhas gosos grícolas sem operador NÚMERO 1151 COMPLEMENTO SALA SALA MUNICÍPIO MALLET TELEFONE (42) 3542-1548/ (42) 3542-238	PR

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/01/2021 às 13:17:54 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02 DA SOCIEDADE E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME CNPJ 19.519.062/0001-32 NIRE 41207778268

.

EUDES SALETE GRANETTO, brasileira, casada no regime de COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, empresária, natural de CAIBI – SC, nascida em 09/03/1962, residente e domiciliada em PAULO FRONTIN – PR, na RUA ALBERI CARLOTTO SN°, CENTRO, CEP 84.635-000, portadora da Carteira de Identidade Civil 8.243.291-4 expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná – em 07/11/1997 e CPF 028.398.459-70

FABIO AIRTON GRANETTO, brasileiro, natural de UNIÃO DA VITÓRIA - PR, solteiro, nascido em 02/03/1989, maior, empresário, residente e domiciliado em MALLET - PR, na RUA 13 DE MAIO Nº 113, CENTRO CEP 84.570-000, portador da Carteira de Identidade civil nº 9.418.947-0, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná em 25/10/2001 e CPF nº 072.186.939-46, únicos sócios componentes da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial de E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME e terá sede e domicilio na AV BARÃO DO RIO BRANCO Nº 1325, SALA 2, CENTRO, CEP 84.570-000, MALLET - PR e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ sob. Nº 41207778268 em sessão de 08/01/2014 e inscrita no CNPJ 19.519.062/0001-32, resolvem assim alterar o contrato social. (art. 997, I, CC/2002)

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica suprimida a redação da Clausula Primeira do Contrato Social passando para seguinte redação, a sociedade gira sob o nome empresarial de E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME e terá sede e domicilio na AV BARÃO DO RIO BRANCO Nº 1151, SALA, CENTRO, CEP 84.570-000, MALLET - PR. (art. 997, II, CC/2002)

CLAUSULA SEGUNDA: Fica suprimida a redação da Clausula Terceira do Contrato Social passando para seguinte redação: o objeto social passará a ser: TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS, MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESIDUOS URBANOS, DOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS

COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITA, TIJOLOS E TELHAS

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGENS, DESTOCAS E ATERROS SERVIÇOS DE CORTE E REFLORESTAMENTO DE ÁRVORES, PLANTIO E LIMPEZA



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/09/2018 14:44 SOB N° 20185680674. PROTOCOLO: 185680674 DE 21/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11804039190. NIRE: 41207778268. E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME

> Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 25/09/2018 www.empresafacil.pr.gov.br

	PROCESSO Nº
Prefeitura Municipal Paulo Frontin	FOLHA Nº L¥

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

. Eucles salich granette

alic Ludon Sponitto

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02 DA SOCIEDADE E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME CNPJ 19.519.062/0001-32 NIRE 41207778268

SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E TRANSPORTES DE MÁQUINAS PESADAS E AGRÍCOLAS MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS REPARAÇÃO \mathbf{E} SERVICOS DE AUTOMOTORES COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES SERVIÇOS DE REBOQUE EM VEÍCULOS AUTOMOTORES COMÉRCIO VAREJISTA DE PNEUS, CÂMERAS E PNEUMÁTICOS SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM VEÍCULOS AUTOMOTORES SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.

CLAUSULA TERCEIRA DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: A vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da lei nº 10406/2002, os sócios RESOLVEM, por este instrumento atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as CLAUSULAS e condições contidas no contrato primitivo que, adequado as disposições da referida lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação.

E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME CNPJ 19.519.062/0001-32 NIRE 41207778268



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/09/2018 14:44 SOB.N° 20185680674.
PROTOCOLO: 185680674 DE 21/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11804039190. NIRE: 41207778268.
E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME

Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 25/09/2018 www.empresafacil.pr.gov.br Prefeitura Municipal
Paulo Frontin
FOLHA N°

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02 DA SOCIEDADE E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME CNPJ 19.519.062/0001-32 NIRE 41207778268

EUDES SALETE GRANETTO, brasileira, casada no regime de COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, empresária, natural de CAIBI – SC, nascida em 09/03/1962, residente e domiciliada em PAULO FRONTIN – PR, na RUA ALBERI CARLOTTO SN°, CENTRO, CEP 84.635-000, portadora da Carteira de Identidade Civil 8.243.291-4 expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná em 07/11/1997 e CPF 028.398.459-70

FABIO AIRTON GRANETTO, brasileiro, natural de UNIÃO DA VITÓRIA - PR, solteiro, nascido em 02/03/1989, maior, empresário, residente e domiciliado em MALLET - PR, na RUA 13 DE MAIO Nº 113, CENTRO CEP 84.570-000, portador da Carteira de Identidade civil nº 9.418.947-0, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná em 25/10/2001 e CPF nº 072.186.939-46, únicos sócios componentes da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial de E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME e terá sede e domicilio na AV BARÃO DO RIO BRANCO Nº 1151, SALA, CENTRO, CEP 84.570-000, MALLET - PR e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ sob. Nº 41207778268 em sessão de 08/01/2014 e inscrita no CNPJ 19.519.062/0001-32, resolvem assim consolidar o contrato social. (art. 997, I, CC/2002)

CLAUSULA PRIMEIRA: A Sociedade gira sob o nome empresarial de E. S. GRANETTO & CIA LTDA – ME com sede e domicilio na AV BARÃO DO RIO BRANCO Nº 1151, SALA, CENTRO, CEP 84.570-000, MALLET – PR. (art. 997, II, CC/2002)

CLAUSULA SEGUNDA: O capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), divididos em 40.000 mil quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real), integralizadas em moeda corrente do País, neste ato, pelos sócios, ficando assim distribuídos:

SÓCIOS	Quotas	Valor	%
EUDES SALETE GRANETTO	20.000	R\$ 20.000,00	50
FABIO AIRTON GRANETTO	20.000	R\$ 20.000,00	50
TOTAL	40.000	R\$ 40.000,00	100

CLAUSULA TERCEIRA: A sociedade iniciou suas atividades em 10/01/2014 e seu prazo de duração é indeterminado. (art. 997, II, CC/2002)



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/09/2018 14:44 SOB N° 20185680674.
PROTOCOLO: 185680674 DE 21/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11804039190. NIRE: 41207778268.
E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME

Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 25/09/2018 www.empresafacil.pr.gov.br Prefeitúra Municipal Paulo Frontin FOL

PROCESSU Nº FOLHA Nº 16

Follic Riston Drawitto

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02 DA SOCIEDADE E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME CNPJ 19.519.062/0001-32 NIRE 41207778268

CLAUSULA QUARTA: O objeto social é:

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS, MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESIDUOS URBANOS, DOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS

COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITA, TIJOLOS E TELHAS

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGENS, DESTOCAS E ATERROS

SERVIÇOS DE CORTE E REFLORESTAMENTO DE ÁRVORES, PLANTIO E LIMPEZA

SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E TRANSPORTES DE MÁQUINAS PESADAS E AGRÍCOLAS

SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

SERVIÇOS DE REBOQUE EM VEÍCULOS AUTOMOTORES COMÉRCIO VAREJISTA DE PNEUS, CÂMERAS E PNEUMÁTICOS SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM VEÍCULOS AUTOMOTORES

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.

CLAUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social. (art. 1.052, CC/2002)

CLAUSULA SEXTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1057, CC/2002)

CLAUSULA SÉTIMA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso. (art. 1.071 e 1.072, § 2º e art 1.078, CC/2002)



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/09/2018 14:44 SOB N° 20185680674.
PROTOCOLO: 185680674 DE 21/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11804039190. NIRE: 41207778268.
E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME

Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 25/09/2018 www.empresafacil.pr.gov.br Prefeitura Municipal Paulo Frontin FOLHA №

who high grands

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02 DA SOCIEDADE E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME CNPJ 19.519.062/0001-32 NIRE 41207778268

CLAUSULA OITAVA: A administração da sociedade cabe aos sócios EUDES SALETE GRANETTO e FÁBIO AIRTON GRANETTO assinando individualmente, com o poder e atribuição de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (art. 997, VI, 1.013, 1.015, 1.064 CC/2002)

CLAUSULA NONA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

CLAUSULA DÉCIMA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore, observadas as disposições regulares pertinentes.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002)

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinados por todos os sócios.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro de MALLET/PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/09/2018 14:44 SOB N° 20185680674.
PROTOCOLO: 185680674 DE 21/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11804039190. NIRE: 41207778268.
E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME

Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 25/09/2018 www.empresafacil.pr.gov.br Prefeitura Municipal Paulo Frontin FOLHA №

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02 DA SOCIEDADE E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME CNPJ 19.519.062/0001-32 NIRE 41207778268

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1°, CC/2002)

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA: Os sócios declaram para os fins que a empresa se enquadra na situação de MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma.

MALLET - PR, 18 DE SETEMBRO DE 2018.

* Evels Saletogravette
EUDES SALETE GRANETTO

* Fábio Ludon Cromito.
FÁBIO AIRTON GRANETTO



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/09/2018 14:44 SOB N° 20185680674.
PROTOCOLO: 185680674 DE 21/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11804039190. NIRE: 41207778268.
E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME

Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 25/09/2018 www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE IST E. S. GRANETTO & CIA LTDA

EUDES SALETE GRANETTO, brasileira, casada no regime de Comunhão Universal de Bens, empresária, natural de CAIBI – SC, nascida em 09/03/1962, residente e domiciliada em PAULO FRONTIN – PR, na RUA ALBERI CARLOTTO sn°, CENTRO, CEP 84.635-000, portadora da Carteira de Identidade Civil 8.243.291-4 expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná e CPF 028.398.459-70 e FABIO AIRTON GRANETTO, brasileiro, natural de UNIÃO DA VITÓRIA – PR, solteiro, nascido em 02/03/1989, maior, empresário, residente e domiciliado em MALLET – PR, na RUA 13 DE MAIO n° 113, CENTRO CEP 84.570-000, portador da Carteira de Identidade civil n° 9.418.947-0, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná e CPF n° 072.186.939-46, resolvem constituir uma sociedade limitada regida pelas clausulas seguinte: (art. 997, I, CC/2002)

- CLAUSULA PRIMEIRA: A Sociedade girará sob o nome empresarial de E. S. GRANETTO & CIA LTDA/e terá sede e domicilio na RUA ALBERI CARLOTTO SNº, SALA, CENTRO, CEP 84.635-000, PAULO FRONTIN PR. (art. 997, II, CC/2002)
- CLAUSULA SEGUNDA: O capital Social será de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), divididos em 40.000 mil quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real), integralizadas em moeda corrente do País, neste ato, pelos sócios, ficando assim distribuídos:

SÓCIOS	Quotas	Valor	%
EUDES SALETE GRANATTO/	20.000	R\$ 20.000,00 /	50
FABIO AIRTON GRANETTO/	20.000	R\$ 20.000,00/	50
TOTAL	40.000	R\$ 40.000,00	100

- CLAUSULA TERCEIRA: O objeto social será: TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, INTERNACIONAL, COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITA, TIJOLOS E TELHAS, ŜERVIÇOS DE TERRAPLANAGENS, DESTOCAS E ATERROS, SERVIÇOS DE CORTE E REFLORESTAMENTO DE ÁRVORES, PLANTIO E LIMPEZA, SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E TRANSPORTES DE MÁQUINAS PESADAS E AGRÍCOLAS.
- / CLAUSULA QUARTA: A sociedade iniciará suas atividades em 10/01/2014 e seu prazo de duração é indeterminado. (art. 997, II, CC/2002)
- CLAUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social. (art. 1.052, CC/2002)
 - CLAUSULA SEXTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1057, CC/2002)

Eucles Saleto grametto

Prefeitura Municipality

Auto Curry Paulo Frontin Politia No

20

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE LITURA RATILITATION E. S. GRANETTO & CIA LITOA

CLAUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade caberá aos sócios EUDES SALETE GRANETTO e FÁBIO AIRTON GRANETTO assinando individualmente; com o poder e atribuição de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (art. 997, VI, 1.013, 1.015, 1.064 CC/2002)

CLAUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

CLAUSULA NONA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso. (art. 1.071 e 1.072, § 2º e art 1.078, CC/2002)

CLAUSULA DÉCIMA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore, observadas as disposições regulares pertinentes.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002)

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1°, CC/2002)

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinados por todos os sócios.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro de MALLET/PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato

Eudes Salete granetto

Fabrio Sirton Granella

Prefeitura Municipal Paulo Frontin FOLHA №

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE LTIA RAFE E. S. GRANETTO & CIA LTDA

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma.

MALLET - PR, 02 de JANEIRO de 2014.

Eude Salte granetto EUDES SALETE GRANETTO Fabro Liston Grando.



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME

EUDES SALETE GRANETTO, brasileira, casada no regime de Comunhão Universal de Bens, empresária, natural de CAIBI - SC, nascida em 09/03/1962, residente e domiciliada em PAULO FRONTIN - PR, na RUA ALBERI CARLOTTO SNº, CENTRO, CEP 84.635-000, portadora da Carteira de Identidade Civil 8.243.291-4 expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná e CPF 028.398.459-70 e FABIO AIRTON GRANETTO, brasileiro, natural de UNIÃO DA VITÓRIA - PR, solteiro, nascido em 02/03/1989, maior, empresário, residente e domiciliado em MALLET - PR, na RUA 13 DE MAIO Nº 113, CENTRO CEP 84.570-000, portador da Carteira de Identidade civil nº 9.418.947-0, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná e CPF nº 072.186.939-46, únicos sócios componentes da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial de E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME, com sede e foro a cidade de PAULO FRONTIN - PR na RUA ALBERI CARLOTTO SNº, CENTRO, CEP 84.635-000 e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ sob. Nº 41207778268 em sessão de 08/01/2014 e inscrita no CNPJ 19.519.062/0001-32, resolvem assim alterar o contrato social. (art. 997, I, CC/2002)

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica suprimida a redação da Clausula Primeira do Contrato Social passando para seguinte redação, a sociedade gira sob o nome empresarial de E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME e terá sede e domicilio na AV BARÃO DO RIO BRANCO Nº 1325, SALA 2, CENTRO, CEP 84.570-000, MALLET - PR. (art. 997, II, CC/2002)

CLAUSULA SEGUNDA: Fica suprimida a redação da Clausula Terceira do Contrato Social passando para seguinte redação: o objeto social passará a ser: TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS, MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL

COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITA, TIJOLOS E TELHAS

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGENS, DESTOCAS E ATERROS

SERVIÇOS DE CORTE E REFLORESTAMENTO DE ÁRVORES, PLANTIO E LIMPEZA

SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E TRANSPORTES DE MÁQUINAS PESADAS E AGRÍCOLAS

SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

SERVIÇOS DE REBOQUE EM VEÍCULOS AUTOMOTORES COMÉRCIO VAREJISTA DE PNEUS, CÂMERAS E PNEUMÁTICOS SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM VEÍCULOS AUTOMOTORES

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS

AUTOMOTORES. Ender Salete granette

Falso Cirtan Grantto.

Prefeitura Municipal Paulo Frontin

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE RAPI E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME

CLAUSULA TERCEIRA DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: A vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da lei nº 10406/2002, os sócios RESOLVEM, por este instrumento atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as CLAUSULAS e condições contidas no contrato primitivo que, adequado as disposições da referida lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação.

- CLAUSULA PRIMEIRA: A Sociedade gira sob o nome empresarial de E. S. GRANETTO & CIA LTDA ME com sede e domicilio na AV BARÃO DO RIO BRANCO Nº 1325, SALA 2, CENTRO, CEP 84.570-000, MALLET PR. (art. 997, II, CC/2002)
- CLAUSULA SEGUNDA: O capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), divididos em 40.000 mil quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real), integralizadas em moeda corrente do País, neste ato, pelos sócios, ficando assim distribuídos:

SÓCIOS	Quotas	Valor	%
EUDES SALETE GRANETTO	20.000	R\$ 20.000,00	50
FABIO AIRTON GRANETTO	20.000	R\$ 20.000,00	50
TOTAL	40.000	R\$ 40.000,00	100

CLAUSULA TERCEIRA: O objeto social é:

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS, MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL

COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITA, TIJOLOS E TELHAS

SERVICOS DE TERRAPLANAGENS, DESTOCAS E ATERROS

SERVIÇOS DE CORTE E REFLORESTAMENTO DE ÁRVORES, PLANTIO E LIMPEZA

SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E TRANSPORTES DE MÁQUINAS PESADAS E AGRÍCOLAS

SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

SERVIÇOS DE REBOQUE EM VEÍCULOS AUTOMOTORES COMÉRCIO VAREJISTA DE PNEUS, CÂMERAS E PNEUMÁTICOS SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM VEÍCULOS AUTOMOTORES

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.

CLAUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em 10/01/2014 e seu prazo de duração é indeterminado. (art. 997, II, CC/2002) Lucles Salete granette

Prefeitura Municipal Paulo Frontin

Falso Lister

FOLHA Nº

RUCESSO Nº

24

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DÂ SÔCIEDÂDE CONTRATUAL Nº 01 DA SÔCIEDADE LIMITADA CONTRATUAL Nº 01 DA SÔCIEDADE CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE CONT

CLAUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social. (art. 1.052, CC/2002)

CLAUSULA SEXTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1057, CC/2002)

CLAUSULA SÉTIMA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso. (art. 1.071 e 1.072, § 2° e art 1.078, CC/2002)

CLAUSULA OITAVA: A administração da sociedade cabe aos sócios EUDES SALETE GRANETTO e FÁBIO AIRTON GRANETTO assinando individualmente, com o poder e atribuição de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (art. 997, VI, 1.013, 1.015, 1.064 CC/2002)

CLAUSULA NONA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

CLAUSULA DÉCIMA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore, observadas as disposições regulares pertinentes.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002)

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinados por todos os sócios. Eucles Saleto granetto

Falio Cinton Granto.

PROCESSO N°
Prefeitura Municipal
Paulo Frontin
Paulo Formula

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA SALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE LIMITADA SE E. S. GRANETTO & CIA LTDA - ME

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro de MALLET/PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1°, CC/2002)

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA: Declaram para os fins do art. 4° da Lei n° < 9.841/99, que:

- a) se enquadra na situação de microempresa;
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no exercício anterior, não excedeu o limite fixado no inciso I do art. 2º da Lei nº 9.841/99;
- c) não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º da mesma Lei.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma.

MALLET - PR, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

Eucles Salete Granette
EUDES SALETE GRANETTO

FABIO AIRTON GRANETTO



Prefeitura Municipal Paulo Frontin





Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo Instituto Água e Terra

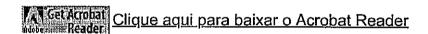
Certidão Negativa de Débitos Ambientais

RESULTADO DA PESQUISA

O contribuinte 19.519.062/0001-32 encontra-se com situação ambiental regular perante o Instituto

Informações Importantes:

- O documento de arrecadação deverá ser pago dentro de 3 dias úteis após sua emissão.
- A Certidão poderá ser emitida após 48 horas do recolhimento da Taxa Ambiental junto às casas lotéricas ou rede bancária.
- *IMPORTANTE* Para a impressão do boleto é necessário ter uma versão atualizada do visualizador Acrobat Reader.



Emitir Gula de Recolhimento Bancario

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN Relação das Coletas de Preços (por material)

(Período de 01/01/2021 a 27/01/2021)

Venceu Preço Total Preço Unitário Quantidade Nome da Marca Fornecedor Item

Data: 27/01/2021 Número da Coleta: 7/2021 Material: 329883 - SERVICO DE LINPEZA DE FOSSA Unid.: U

E S GRANETTO & CIA LTDA - (9353)

RICARDO PADILHA 24945846987 - (14128)

S B C SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA - (14130)

ŧ Sim Não Não 16.000,00 18.000,00 20.000,00 16.000,00 400,0000 450,0000 500,0000 Total da Coleta: 40,000 40,000 40,000

Prefeitura Municipal Paulo Frontin

PROCESSO Nº FOLHA Nº 2&

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CNPJ: 77.007.474/0001-90

RUA RUI BARBOSA, 204

- Paulo Frontin - PR C.E.P.: 84635-000

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Excelentíssimo(a)

Prefeito Municipal

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LIMPEZA DE FOSSA DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN-PR

ocesso Adm. nº:

7/2021

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Forma de Julgamento: MENOR PREÇO

Forma Pgto. / Reajuste: Prazo Entrega/Exec.:

Local de Entrega:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR -

Urgência: Vigência: Observações:

Convidados:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
9	02.01.2.078.3.3.90.39.00.00.00.00 Fonte de Recurso : 1000 -	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO - Recursos Ordinários Livres	3.3,90,39.44.10.00.00	1,00
			Total previsto: ,	1,00

ITENS:

Item [Quantidade	Unid	Preço Unit. Máximo	Total Previsto		
1	40,000	Ų	SERVIÇO DE LINPEZA DE FOSSA		400,0000	16.000,00
				Total Geral>	400,0000	16.000,00

Paulo Frontin, 27 de Janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal Paulo Frontin FOLHA No

PROCESSO Nº

Folha: 1/2

PATRICIA GRUCZOWSKI Responsável pelo Setor Compras

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CNPJ: 77.007.474/0001-90

RUA RUI BARBOSA, 204

C.E.P.: 84635-000 - Paulo Frontin - PR

Paulo Frontin, 27 de Janeiro de 2021.

Patricia fructuo wski

Responsável pelo Setor Compras

Folha: 2/2

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal, JAMIL PECH, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do Processo Administrativo de Licitação Nº 7/2021, na modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Paulo Frontin, 27 de Janeiro de 2021.

JAMIL PECH Prefeito Municipal

> Prefeitura Municipal Paulo Frontin

PROCESSO Nº FOLHA Nº



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

PARECER CONTÁBIL 10/2021 - PREFEITURA

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

ķ	\]	-	HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação(ões) especificada(s) abaixo;
[]	-	NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;
[]	-	Despesas Extra Orçamentárias.

DADOS DO PROCESSO:

Nº Solicitação: 007/2021 Nº Processo: 007/2021

Objeto Solicitado: Contratação de empresa especializada para limpeza de fossa do Município de Paulo

Frontin-Pr;

RECURSOS ORCAMENTÁRIOS

Cód. Reduzido	Fonte	Uni Orç	Proj/Ativ	Despesa	Valor Previsto
9	000	0201	2078	3.3.90.39	R\$ 18.000,00
	•			TOTAL	R\$ 18.000,00

Paulo Frontin, 29 de janeiro de 2021.

Douglas Ingeczak CRC/PR 969.495 Contador Pietethia JePaulo Frontin repartemente de Licitações valunicípio de Paulo Frontin - PR resebido em: 04 /02 /2021

DOUGLAS INGECZAK BORGES Contador

PROCESSO №

Prefeitura Municipal
Paulo Frontin

FOLHA №

SL



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ - 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2021

JUSTIFICATIVA

1. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LIMPEZA DE FOSSA DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN-PR

ltem	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	40,00	U	SERVIÇO DE LINPEZA DE FOSSA		400,00	16.000,00
Total						

2. FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

3. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:

A ausência de licitação, decorre em hipóteses que a licitação formal seria impossível ou frustraria a realização adequada das funções estatais.

No caso do Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 faculta a realização de um procedimento licitatório quando custo econômico da licitação for superior ao benefício que se pretende extrair.

A aquisição do objeto desta Dispensa de Licitação de pequeno valor, não representa fracionamento de compras que deveriam ser licitadas.

4. RAZÃO DA ESCOLHA:

A contratação recaiu à empresa E.S.GRANETTO & CIA LTDA , inscrita no CNPJ/MF sob o nº19.519.062/0001-32 , que conforme demonstrado na pesquisa de preço feita inteiramente pela Secretaria requisitante, registrada sob o nº 7/2021, foi a empresa que menor preço ofertou e por cumprir com os requisitos relativos à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, sendo, portanto, a melhor classificada.

5. DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA:

Para fixar o valor foi realizada pela Secretaria requisitante, pesquisa de mercado junto às empresas do ramo pertinente a fim de estimar o custo do objeto a ser contratado, definir os recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas contratuais e servir de balizamento para a análise das propostas. Os preços coletados foram pesquisados em condições semelhantes às solicitadas e se referem a itens idênticos ao objeto a ser contratado.

O valor a ser contratado é o menor dentre as empresas pesquisadas, sendo que a melhor classificada propõe-se a fornecer o objeto pelo valor global de R\$16.000;00 (dezesseis mil reais), estando incluído no preço, todas as despesas com impostos, taxas, tributos, frete e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto.

Prefeitura Municipal Paulo Frontin FOLHA № 3.2



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR

www.paulofrontin.pr.gov.br

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas para atender a esta Dispensa de Licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Paulo Frontin, na classificação abaixo:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.077.3390.39	1000	49/2019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO -
			Sec Mun de

7. DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

A Comissão Permanente de Licitação, instituída pelo Decreto nº. 54/2018, composta pelos Membros e o Secretário, abaixo identificados, decidem, por unanimidade, proceder a realização da dispensa de licitação, conforme fundamentos acima identificados, e submeter a ratificação pelo Prefeito Municipal se assim entender conveniente ao interesse público.

Paulo Frontin, 02 de fevereiro de 2021.

ALECIO MAROLI Presidente

PATRICIA GRUCZKOWSKI

KIMINITA WAGNER

Menzbro

Prefeitura Municipal Paulo Frontin

PROCESSO №

FOLHA № ろろ



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

Parecer jurídico: nº. 17/2021

Procedimento de Dispensa de Licitação nº. 07/2021

Fundamento Legal: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93

Origem: Departamento Compras

Interessado (s): Sr. Jamil Pech

Em atenção ao pedido de parecer jurídico pelo Departamento de Compras, dirigida a este advogado municipal, sobre o procedimento de Dispensa de Licitação, fundamentado no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 venho informar o que segue:

1. Introdução:

- 1.1. Trata-se de parecer jurídico obrigatório, cujo "dictamen" não é vinculativo, visando analisar o procedimento de dispensa de licitação e a minuta do contrato, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, tendo como objeto a "Aquisição de serviços de limpeza de fossa para os estabelecimentos do Município de Paulo Frontin/PR" conforme documentos técnicos que instruem o presente processo.
- 1.2. Convêm anotar, que este advogado não detém os conhecimentos fáticos e técnicos para aferir a quantidade e qualidade, conveniência e oportunidade do objeto a ser licitado, portanto a análise aqui empreendida limitar-se-á aos aspectos jurídicos da contratação pretendida.

2. Formalidades:

- 2.1. Ocorreu a regular abertura de processo administrativo sob o nº. 7/2021, que foi devidamente autuado tendo obtido a Modalidade de Dispensa de Licitação nº. 07/2021, protocolado e numerado (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93), conforme fls. 01 a 17 do processo.
- 2.2. Nos autos consta a solicitação do objeto, elaborado pela Secretaria Municipal de Governo de Paulo Frontin, Paraná, de acordo com acórdão 254/2004-Segunda Câmara TCU, conforme fl. 01 a 17 dos autos do processo.
- 2.3. Nos autos consta a justificativa da necessidade da contratação direta pela Secretaria Municipal de Governo de Paulo Frontin, Paraná, (art. 26, caput, da Lei 8.666/93 c.c. o art. 2°,

Prefeitura Municipal Paulo Frontin



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

caput, Parágrafo Único, inciso VII, da Lei 9.784/1999), para atender as necessidades das dependências das Secretarias.

- 2.4. A justificativa caracteriza a situação de dispensa prevista no art. 24, inciso II, da Lei 8.6666/93, e ainda o art. 26, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93, com os elementos a sua configuração (art. 26, caput, Parágrafo Único incisos II e III da Lei 8.666/93), conforme fl. 32-33 dos autos.
- 2.5. Nos autos consta documento contendo as especificações e a quantidade estimada do objeto, observando as demais diretrizes do art. 15, da Lei 8.666/93, conforme fl. 03 e 04 dos autos.
- 2.6. Nos autos consta pesquisa de preços praticadas pelo mercado do ramo objeto da contratação (art. 15, inciso III, da Lei 8.666/93), conforme fl. 28 dos autos.
- 2.7. Existe justificativa quanto a aceitação do preço ofertado pela futura contratada (parágrafo único, inciso III, art. 26 da Lei 8.666/93), conforme fl. 16 e 17 dos autos.
- 2.8. Foram indicadas as razões de escolha do adquirente do bem, do executante da obra, do prestador do serviço ou fornecedor do bem parágrafo único, II, do art. 26, da Lei 8.666/93), conforme fl. 16 e 17 dos autos.
- 2.9. Nos autos consta previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas (art. 7°, § 2°, inciso III, art. 14 e art. 38 caput da Lei 8.666/93), com indicação de saldo suficiente para fazer jus a despesa, conforme fl. 31 dos autos.
 - 2.10. Não consta minuta contrato (art. 38 da Le nº 8.666/93).
- 2.11. Assim entendo, desde que observado os itens anteriores, o presente procedimento encontra-se formalmente regular.

3. Contratação Direta: art. 24, inciso II:

- 3.1. Pretende a Administração Pública dispensar a licitação, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei de Licitações, ou seja, a ausência da contratação acarretaria um prejuízo ao bem público, narrando, em sua justificativa que necessita dos serviços e que o custo de uma licitação é inviável.
- 3.2. A ausência de licitação, decorre em hipóteses, que a licitação formal seria impossível ou frustraria a realização adequada das funções estatais.
- 3.3. No caso o art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 faculta a realização de um procedimento licitatório quando o custo econômico da licitação for superior ao benefício que se pretende extrair.

Prefeitura Municipal Paulo Frontin

FOLHA Nº えく

PHOCESSO Nº



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ--- 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

- 3.4. Deste modo, podemos presumir que a aquisição do bem objeto deste contrato pretende se dar por meio de Dispensa de Licitação, haja visto que o valor estimado do certame se encontra abaixo daquele que é apontado no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, ou seja até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).
- 3.5. É importante ressaltar que a norma não autoriza que o fracionamento das contratações acarrete a dispensa de licitação. Frisa-se que a lei não veda genericamente o fracionamento das contratações, mas apenas a utilização do fracionamento com o intuito de dispensar a licitação. Em casos de contratação homogêneas, com objetos similares, deve ser levado em consideração o valor global dessas contratações.
- 3.6. Deve a autoridade responsável pela aquisição por dispensa de licitação, certificar nas contratações de pequeno valor, não representa fracionamento de compras que deveriam ser licitadas.
- 3.7. Portanto, se o valor da contratação estiver contido nos limites legais, pode o Administrador proceder à dispensa do procedimento licitatório, se considerá-la conveniente e oportuna.
- 3.8. Assim entendo que a dispensa de licitação, justifica-se, pois assim incidirá a disposição prevista no art. 24, inciso II, da Lei 9.666/93, devendo, contudo, certificar que não está ocorrendo fracionamento da contratação.

4. Razão da Escolha do Fornecedor.

- 4.1. O art. 26, Parágrafo único, exige que os processos sejam formalizados com os elementos requeridos pelos incisos I a IV, no que couber, onde deverá aferir a razão da escolha do fornecedor e justificativa de preço.
- 4.2. Quanto à escolha do fornecedor, justificou o Secretário e a Comissão que a contratação recaiu à empresa que menor preço ofertou, conforme cotação 07/2021.
- 4.3. Assim, quer nos parece, salvo melhor juízo, que ficou demonstrado a escolha do fornecedor haja vista tratar-se de contratação da empresa que ofereceu melhores condições de suprir as demandas administrativas, não cabendo a PRESENTE análise ingressar no mérito do ato, restringindo ao controle de legalidade.

5. Justificativa do Preço:

5.1. Para cumprimento do segundo requisito, isto é, quanto à justificativa de preço, justificou que

Prefeitura Municipal Paulo Frontin

FOLHA №



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ - 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

5 - DO PRECO E SUA JUSTIFICATIVA:

Para fixar o valor foi realizada pela Secretaria requisitante, pesquisa de mercado junto às empresas do ramo pertinente a fim de estimar o custo do objeto a ser contratado, definir os recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas contratuais e servir de balizamento para a análise das propostas. Os preços coletados foram pesquisados em condições semelhantes às solicitadas e se referem a itens idênticos ao objeto contratado.

O valor a ser contratado é o menor dentre as empresas pesquisadas, sendo a melhor classificada propõe -se a fornecer o objeto pelo valor de R\$ 16.000,00 estando incluído no preço, todas as despesas com impostos, taxas, tributos, frete e todas os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto.

- Observo que consta no processo de contratação direta, por meio de licitação 5:2. com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados junto a contratações realizadas por outros municípios, com a identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência do Tribunal Contas da União¹.
- Assim para fixar o valor foi justificado o preço, não havendo manifesto indício 5.3. de incompatibilidade do custo do objeto a ser contratado com o preço praticado no mercado.

- Assunto: DISPENSA DE LICITAÇÃO. DOU de 22.10.2010, S. 1, p. 140. Ementa: alerta à Escola Agrotécnica Federal de Catu-BA quanto a não realização, numa contratação por dispensa de licitação, de ampla pesquisa prévia de preços no mercado e na administração pública, em afronta aos arts. 15, inc. V; 40, § 2°, inc. II; e 43, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993, bem como aos Acórdãos de nºs 1.330/2008-P, 4.953/2009-1ªC, 3.516/2007-1ªC e 1.382/2009-P, uma vez que, das três empresas que cotaram preços para o referido processo de dispensa, duas pertenciam a um mesmo proprietário (item 1.5.7, TC-015.715/2007-5, Acórdão nº 5.960/2010-2ª Câmara).

- Assuntos: DISPENSA DE LICITAÇÃO, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO e LICITAÇÕES. DOU de 19.04.2011, S. 1, p. 125. Ementa: alerta a Furnas Centrais Elétricas S.A. no sentido de que, nos procedimentos licitatórios e nas situações em que ocorra dispensa ou inexigibilidade de licitação, seja promovida pesquisa e/ou levantamento de precos entre as diversas empresas do ramo, registrando-a nos autos dos processos, cumprindo o estipulado no art. 26, parágrafo único, inc. III da Lei nº 8.666/1993 (item 1.5.1, TC-020-180/2010; I; Acordão 2.183/2011-1ª Câmara). FOLHA No

Prefeitura Municipa! Paulo Frontin

ふぉ

¹ Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo -- Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que "Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...". O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, "faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal". O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara - Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.



Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ -- 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR

www.paulofrontin.pr.gov.br

Os preços coletados forám pesquisados em condições semelhantes às solicitadas junto aos Órgãos Públicos, e se referem a itens idênticos ao objeto a ser contratado.

Disposições de Procedimento

- Não pode ser deslembrado, ainda, que nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666, de 6.1. 1993, os casos de dispensa de licitação devem ser, necessariamente, justificados e comunicados dentro de três dias à autoridade superior, para ratificação e publicação na Imprensa Oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia (art. 61, §1°, LL) dos atos.
- A ratificação descrita acima, pela autoridade superior não se aplica quando a 6.2. finalidade da ratificação já produziu seus efeitos - tomou conhecimento e concordou com os termos da contratação - exatamente quando a própria autoridade superior - Chefe do Executivo Municipal - realiza o ato de contratação direta.
- A configuração de contratação direta (sem licitação), não autoriza o não 6.3. preenchimento dos requisitos de habilitação e contratação, (ressalvadas algumas hipóteses excepcionais). Assim se a proponente não atender os requisitos de habilitação é vedado a contratação direta, conforme consolidado posicionamento do Tribunal de Contas da União².
- Deve-se ater a Unidade Técnica, a exigência prevista no art. 31, inciso II, da Lei 6.4. de Licitações, uma vez que seguindo o posicionamento jurisprudencial dominante exige-se para qualquer habilitação em licitação, sobre a qualificação econômico financeira (art. 27, inciso III, da LL), limitada à certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica3.

7. Da minuta do contrato:

7.1. Promova a elaboração de minuta de contrato – padrão prestação de serviço – dispensa de licitação, e remeta para aprovação, conforme determina o art. 38 da Lei 8.666/93.

8. Conclusão

8.1. Ante o exposto, analisado os aspectos jurídicos formais, obedecida a legislação aplicável a modalidade escolhida, desde que atenda todas as recomendações no corpo deste parecer,

³ REsp. n°. 351.512/SP, 2ª T. rel. Min. Hur berto Martins, j. em 13.02.2007, DJ-de-27:02.2007, action N

Prefeitura Municipal FOLHA No Paulo Frontin

ን እ

² Os processos de dispensa de licitação devem conter documentos que indiquem a prévia pesquisa de preço de mercado, em relação ao objeto a ser contratado/adquirido, e a habilitação do respectivo fornecedor/prestador de serviços" (Acórdão nº. 2.986/2006, 1ª C. Rel. Min. Augusto Nardes);



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR

www.paulofrontin.pr.gov.br

entendo que se encontra o presente processo em condições de ser autorizado, se assim a autoridade superior entender conveniente ao interesse público.

É o parecer.

A Superior Consideração:

Paulo Frontin, 04 de fevereiro de 2021.

Advogado Público Municipal

OAB/PR 61.919.

PROCESSO Nº

FOLHA Nº

39

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO № 7/2021

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO 07/2021
HOMOLOGAÇÃO: 05/02/2021
CONTRATADO: E.S. GRANETTO & CIA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO
FRONTIN-PR
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA A LIMPEZA DE FORSSA DO
MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)
FUNDAMENTO: artigo 24, II da Lei nº 8.666/93.
DATA: 04/02/2021 —

JAMIL PECH
Prefeito Municipal

Publicado por: Alecio Maroli Código Identificador:30010E18

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/02/2021. Edição 2195
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Prefeitura Municipal Paulo Frontin FOLHA N° (4 ○

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2021

JUSTIFICATIVA

1. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LIMPEZA DE FOSSA DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN-PR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
ī	40,00	U	SERVIÇO DE LINPEZA DE FOSSA		400,00	16,000,00
Total 16,000,00						

2. FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

3. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:

A ausência de licitação, decorre em hipóteses que a licitação formal seria impossível ou frustraria a realização adequada das funções estatais.

No caso do Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 faculta a realização de um procedimento licitatório quando custo econômico da licitação for superior ao beneficio que se pretende extrair.

A aquisição do objeto desta Dispensa de Licitação de pequeno valor, não representa fracionamento de compras que deveriam ser licitadas.

4. RAZÃO DA ESCOLHA:

A contratação recaiu à empresa E.S.GRANETTO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº19.519.062/0001-32, que conforme demonstrado na pesquisa de preço feita inteiramente pela Secretaria requisitante, registrada sob o nº 7/2021, foi a empresa que menor preço ofertou e por cumprir com os requisitos relativos à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, sendo, portanto, a melhor classificada.

5. DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA:

Para fixar o valor foi realizada pela Secretaria requisitante, pesquisa de mercado junto às empresas do ramo pertinente a fim de estimar o custo do objeto a ser contratado, definir os recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas contratuais e servir de balizamento para a análise das propostas.

Os preços coletados foram pesquisados em condições semelhantes às solicitadas e se referem a itens idênticos ao objeto a ser contratado.

O valor a ser contratado é o menor dentre as empresas pesquisadas, sendo que a melhor classificada propõe-se a fornecer o objeto pelo valor global de R\$16.000;00 (dezesseis mil reais), estando incluído no preço, todas as despesas com impostos, taxas, tributos, frete e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas para atender a esta Dispensa de Licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Paulo Frontin, na classificação abaixo:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição	Frigibilia Milipicina	F1100-550 No
2.078.3390.39	1000	49/2019	MANUTENÇÃO DO DO SECRETÁRIO - S	o Gabinete Paulo Frontin	FOLHA Nº

7. DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

A Comissão Permanente de Licitação, instituída pelo Decreto nº. 54/2018, composta pelos Membros e o Secretário, abaixo identificados, decidem, por unanimidade, proceder a realização da dispensa de licitação, conforme fundamentos acima identificados, e submeter a ratificação pelo Prefeito Municipal se assim entender conveniente ao interesse público.

Paulo Frontin, 02 de fevereiro de 2021.

ALECIO MAROLI
Presidente

PATRICIA GRUCZKOWSKI Membro

MARIZETE KMITA WAGNER
Membro

Publicado por: Alecio Maroli Código Identificador:C3F40C31

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/02/2021. Edição 2195
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO DESPACHO FINAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO № 7/2021

DESPACHO FINAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 07/2021

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do Parecer Jurídico nº 17/2021, expedido pelo Advogado Público, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Paulo Frontin, 04 de fevereiro de 2021.

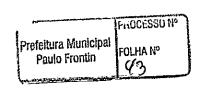
JAMIL PECH

Prefeito Municipal

	: E.S. GRANETTO & CIA LTDA
Endereço	: AV BARÃO DO RIO BRANCO 1325
SALA 2- CENTRO	
Cidade	
CNPJ	: 19.519.062/0001-32
Valor da Despesa	: R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).
Pagamento	: Até o 15° dia útil do mês subsequente.

Publicado por: Alecio Maroli Código Identificador:C5380051

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/02/2021. Edição 2195
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/





Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ -- 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

MINUTA DE CONTRATO Dispensa de licitação nº 07/2021

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 01/2021, QUE FAZEM ENTRE MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN E A EMPRESA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

O Município, por intermédio da Prefeitura Municipal de Paulo Frontin, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 204, Centro, na cidade de Paulo Frontin, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 77.007.474/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Jamil Pech, inscrito no CPF nº 080.380.059-29, portador da Carteira de Identidade nº 4.467.230-8, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa E.S. GRANETTOC & CIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº19.519.062/0001-32, sediada na Rua Avenida Barão do Rio, nº 1151, Centro, na cidade de Mallet, Estado do Paraná doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo, Eudes Salete Granetto portador da Carteira de Identidade nº 8.243.291 e CPF 028.398.459-70, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 04/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 07/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo a contratação de empresa especializada para limpeza de fossa do município de Paulo Frontin - Pr

, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste contrato e na proposta, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	40,00	ĊX	serviço de limpeza de fossa.		400	16.000,00
					Total	16.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1°, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais),

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

> FACCESSO Nº Prefeitura Municipal Paulo Frontin

FOLHA Nº 44



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ - 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.077.3390.39	1000	49/2019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO
	<u> </u>		SECRETÁRIO - Sec Mun de

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5°, § 3°, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 5.6 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 5.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 5.10 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.
- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 5.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

FROCESSO NO FORTIN FOLHA Nº C/S



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ - 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 I = (TX)

I = (6/100)

365

I = 0.00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

- 6.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.
- 6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1. O prazo de entrega dos bens é de 1 (dois) dias, contados da emissão da Autorização de Fornecimento, em remessa única ou parcelada, conforme pedido do Diretor de Compras, no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 204, Centro, cidade de Paulo Frontin/PR.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 7.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA- FISCALIZAÇÃO

- 8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 8.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na proposta;

\$

Prefeitura Municipal Paulo Frontin PROCESSU Nº

FOLHA № 46



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ -- 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

- 9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste contrato;
- 9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes da proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 10.1.1.1.O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 2 (dois), o objeto com avarias ou defeitos;
- 10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. A Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:
- 12.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.3. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez dias);
- 12.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 12.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

FROCESSO N°

Francis Prontin

FOLHA N°

FOLHA N°

FOLHA N°



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ -- 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

- 12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

- 13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 13.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos para a contratação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 13.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES

- 14.1. É vedado à CONTRATADA:
- 14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, a publicidade será feia por meio do Portal Transparência, cabendo a CONTRATANTE enviar à Controladoria-Geral da União os dados necessários até o décimo quinto dia do mês subsequente ao da execução orçamentária.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da cidade de Mallet, Estado do Paraná.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Paulo Frontin/PR, dia 04 de fevereiro de 2021



PROCESSO N°

Raulo Frontin

Paulo Frontin

PAULO FROM N°

FOLHA N°

98



Rua Rui Barbosa, 204 | Fone; (42) 3543-1210 /1212 /1346 CNPJ - 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR www.paulofrontin.pr.gov.br

Jamil Pech – CONTRATANTE

Eudes Salete Granetto-CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RG:

CPF:

RG:

CPF:

PROCESSO N°

Prefeitura Municipal
Paulo Frontin

Paulo Frontin